



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER N.º 002/18 DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CSA), DE 17 DE ABRIL DE 2018.

Projeto de Lei ORDINARIA n.º 018/18, de autoria da Vereadora Roberta Brito, que “Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno no município de Formosa.”

Relator: Ver. Eduardo Leonel de Paiva

I – Relatório

A Vereadora Roberta Brito propõe O Projeto de Lei Ordinária em epígrafe tem como objetivo garantir que a mãe ao amamentar seu filho nos estabelecimentos comerciais não seja constrangida, e assim promover o apoio ao aleitamento materno.

Como justificativa à proposição, a autora relata que a proposta tem inúmeros benefícios para o desenvolvimento infantil através do aleitamento materno. Diversos estudos têm comprovado a relação entre a amamentação e a diminuição nas taxas de mortalidade, morbidade e frequência de doenças. O Artigo 227 da Constituição Federal diz que é dever da família, do Estado e da sociedade prover todos os direitos das crianças e adolescentes. E o Artigo 30 do Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA) “reforça o dever de todos na sociedade de assegurar com absoluta prioridade e efetivação dos direitos à saúde e alimentação, entre outros. Considerando a importância do tema, a ampliação dos mecanismos de incentivo a amamentação tem sido pauta frequente na agenda de discussão publica em todo o cenário mundial.

II – Análise

A amamentação, de tão importante, tem até semana especial no calendário: o Ministério da Saúde e a Organização Mundial de Saúde (OMS) promovem do dia 1 ao dia 7 de agosto a Semana Mundial da Amamentação, lembrando o quanto o leite materno pode fazer diferença na vida da criança, estimulando as mães a praticarem esse gesto de amor e esclarecendo as principais dúvidas sobre o tema.

A principal recomendação da Organização Mundial da Saúde – OMS relativa à amamentação é a seguinte: “As crianças devem fazer o aleitamento materno exclusivo até aos 6 (seis) meses de idade. Ou seja, até essa idade, a criança deve tomar apenas leite materno e não deve dar-se nenhum outro alimento complementar ou bebida.”

Nesse Contexto, o intuito desta Lei é coibir as ações restritivas que cerceiam o direito à amamentação, cumprindo assim a função do poder público em prover condições favoráveis para o aleitamento irrestrito, resguardando os direitos da mãe e da criança.

Desde a década de 80, o Brasil tem incluído na sua agenda de prioridades em saúde a promoção e apoio ao aleitamento materno.

Logo, a presente proposição atende aos anseios da comunidade formosense.



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER N.º 002/18 DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CSA), DE 17 DE ABRIL DE 2018.

III – Voto

Em face do exposto, quanto ao mérito, à matéria deve ser acolhida.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Câmara Municipal de Formosa, 17 de abril de 2018.

Relator



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER N.º 002/18 DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CSA), DE 17 DE ABRIL DE 2018.

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO
PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Saúde e Assistência Social opinou quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 018/18.

Câmara Municipal de Formosa, 17 de abril de 2018.

Presidente

Relator